



## ESPAÇOS PÚBLICOS COMO BASE DE CONVIVÊNCIA EM CIDADES DO INTERIOR: O CASO DE MANHUMIRIM-MG

***Autor: Luan Ferreira Feitosa***  
***Orientador: Arthur Zanuti Franklin***  
***Curso: Arquitetura e Urbanismo***  
***Período: 9º Área de Pesquisa: Urbanismo***

**Resumo:** Dentro do urbanismo contemporâneo, muito se discute a necessidade de áreas públicas de convivência social dentro das cidades. Essas áreas podem ser utilizadas para diversos fins, mas sua função principal é fornecer qualidade de vida para a população. Porém, nas pequenas cidades do interior, esses espaços são escassos. Uma pequena cidade do interior de Minas Gerais é Manhumirim, cidade de 20 mil habitantes e que possui apenas 3 locais de convívio, representados por praças. Logo, o presente trabalho, busca avaliar as áreas públicas destinadas ao convívio social da cidade de Manhumirim. Para isso, desenvolveu-se a pesquisa em duas partes, a primeira parte foi realizado uma revisão bibliográfica de temas pertinentes ao trabalho tais como o surgimento e a expansão das cidades, a cidade e o convívio social e os benefícios das áreas públicas para as cidades. Em segundo momento, a partir de visitas *in loco*, aplicou-se uma versão simplificada do método de avaliação de espaços públicos para verificar a qualidade das praças de Manhumirim. Percebeu-se então que além Manhumirim ter poucos locais de convívio social, eles ainda possuem problemas estruturais e que impedem que a população usufrua totalmente desses espaços.

**Palavras-chave:** Urbanismo; Convívio social; Áreas de lazer; Praças; Manhumirim.

## 1. INTRODUÇÃO

Vê-se que as áreas públicas possuem grande importância para a estrutura física da cidade e para o bem-estar relacionado ao convívio social da população. Essas áreas podem ser encontradas em diversos locais. “Os espaços livres são considerados todas as áreas sem edificação, como as destinadas à circulação, representadas pelas ruas, vielas, avenidas, corredores externos, rotatórias, pátios e quintais, além das áreas utilizadas para recreação, lazer e estar, como as praças e os parques” (SILVA, LOPES E LOPES, 2011, p. 198). Essas áreas podem ser encontradas também em locais privados de utilidade pública, como shoppings, lojas e outros espaços. Tais locais favorecem na melhoria das condições urbanas, ambiental e sanitárias, além de proporcionar o convívio social e bem-estar da população.

A cidade contemporânea, necessita do contato com as áreas de lazer, haja vista que grande parte das cidades não contém áreas que atendam a demanda da população. E é previsto por lei que haja essas áreas, assim como Lima e Amorim (2006) comentam ao declarar que as áreas públicas de lazer possuem uma importância geral no bem-estar da cidade e do espaço construído, ajudando a manter a qualidade ambiental das cidades, sendo consideradas indicador básico para avaliação de qualidade urbana, uma vez que esses itens também são obrigatórios por lei.

A cidade contemporânea surge após a revolução industrial e segue seu caminho até as metropolizações, no Brasil a partir de a década de 1940 seguindo até a segunda década do século XXI. Com isso Robba e Macedo (2010), chegam à conclusão de que a cidade contemporânea não comporta mais os padrões urbanísticos referentes ao espaço público, onde deveria ser planejado de forma funcional a fim de suprir as necessidades básicas da população, principalmente no que se refere a circulação e lazer, pontos chaves para o funcionamento da cidade e qualidade psicológica da população.

Durante a pandemia do Covid-19, nos anos de 2020, 2021 e se estendendo com menor intensidade no que se refere as regras de convívio público para ano 2022, o convívio social da população ficou escasso, uma vez que a suspensão de todas as atividades não básicas, fez com que o isolamento total fosse aderido, fazendo com que as pessoas não tivessem contato umas com as outras. Muitas cidades, em pouco tempo, começaram a voltar seu funcionamento, principalmente àquelas que possuíam áreas abertas de lazer que comportassem ao menos a maior parte de sua população, considerando um espaçamento entre famílias.

Entre os muitos benefícios de áreas abertas na cidade, segundo Guadagnin (2020) é que além de ajudar no combate dos efeitos psicológicos negativos causados pelo isolamento, também contemplam o benefício da segurança, ao permitir que se mantenha o distanciamento entre as pessoas e a proteção individual ou familiar, uma vez que se sabe que a contaminação ocorre quando se tem aglomeração de pessoas infectadas com contato muito próximo nos ambientes construídos.

Convívio social está diretamente ligado a necessidade psicológica humana, portanto a necessidade de se relacionar para a saúde mental é compreendida por meio da evolução humana, que se baseou no diálogo e convivência entre os seres humanos. Por isso se nota a importância de locais que estimulem a convivência entre as pessoas.

Esta pesquisa se justifica no fato de compreender e demonstrar a importância das áreas públicas ligadas ao convívio social, seja no comércio ou em áreas públicas governamentais, buscando demonstrar o quão importante são essas áreas.

Vendo isso, este artigo tem como objetivo mostrar como o espaço público de convivência social no Brasil é precário, principalmente nas pequenas cidades, como é o caso da cidade de Manhumirim (MG).

## **2. CIDADES E A VIDA URBANA**

### **2.1. Surgimento e expansão das cidades**

Antes do surgimento das primeiras vilas e cidades, “durante o período da Idade da Pedra (Paleolítico Inferior)<sup>1</sup>, o homem vivia em um estado cultural voltado para a caça, pesca, recolhendo alimentos da própria natureza e começando a fabricar os primeiros instrumentos (arcos e setas, objetos de pedra etc.) (ABIKO, ALMEIDA E BARREIROS, 1995, p.4). Aqui o homem, em algum momento desse período se estabilizou e começou a morar em grupo, gerando as primeiras vilas que posteriormente se tornariam as primeiras cidades.

O surgimento das primeiras cidades, se dá de fato, muitos anos depois do surgimento da humanidade. Cotrim (2005), diz que as primeiras grandes civilizações do Mundo Antigo, a Mesopotâmica e Egípcia, foram responsáveis pela organização e crescimento dos primeiros conglomerados humanos, que ganharam o nome de cidades.

A Mesopotâmia -- região onde viveram os sumérios, os acádios e os assírios -- localizava-se entre os rios Tigre e Eufrates. Acredita-se que por volta de 3500 a.C. surgiram os primeiros povoados nessa região. Inicialmente formaram-se aldeias isoladas, as margens da planície pluvial dos rios Tigre e Eufrates, que foram evoluindo com o desenvolvimento da agricultura (ABIKO, ALMEIDA E BARREIROS, 1995, p.7).

Ao se desenvolver as margens de dois dos maiores rios conhecidos até aquela época, o povo sumério, teve que desenvolver uma grande organização política e urbana, a fim de que as cheias dos rios Tigre e Eufrates, não destruíssem sempre as cidades. Aqui foi começado a surgir as primeiras cidades com organização do espaço e da política.

Por outro lado, a civilização egípcia, segundo Abiko, Almeida e Barreiros (1995), se desenvolveu a partir da agricultura, baseado nas cheias do Rio Nilo, desenvolvendo técnicas usadas até a segunda década do século XXI, em suas cidades, que inicialmente eram autônomas, até que foram unificadas sob um único governo.

Essas civilizações foram um marco para o surgimento e expansão das grandes cidades futuras. Até o presente momento, da segunda década do século XXI, se tem como modelos de cidades e civilizações que contribuíram de forma inestimável para o urbanismo e a arquitetura, as civilizações greco-romanas, onde desenvolveram técnicas para a organização política e urbana da cidade que são utilizadas até segunda década do século XXI.

Para Abiko, Almeida e Barreiros (1995), a cidade grega (Pólis) quebrou o paradigma de construir as cidades e seus monumentos como se fossem deuses, fazendo com que a cidade grega fosse construída em proporções humanas, com seres humanos no poder, ao contrário do que era feito no Egito, onde o Faraó governava como deus. A cidade grega é a grande responsável pela criação da Política, onde:

Entre a política e o lógos, na origem, há assim relação estreita, vínculo recíproco. Arte política é essencialmente exercício de linguagem e o lógos, na origem, toma

---

<sup>1</sup> Arruda (1993), caracteriza o período Paleolítico Inferior, como o período entre: 500.000 a. C. à 30.000 a. C.)

consciência de si mesmo, de suas regras, de sua eficácia, por intermédio de sua função política (VERNANT, 2013, p. 54).

Aqui se tem a política como instrumento comum para a criação da cidade. Para se ter ideia do quão importante foi a política para o crescimento e organização das cidades, tem-se que:

A emergência de um espaço público significa que se criou um domínio público que “pertence a todos” (ta koina). O “público” deixa de ser um assunto “privado” –do rei, dos prelados, da burocracia, dos políticos, dos especialistas etc. As decisões relativas aos assuntos comuns devem ser tomadas pela comunidade (CASTORIADIS, 1987, p. 311).

Ou seja, a cidade grega foi responsável pelo crescimento comum da cidade e pela criação de áreas comuns para o convívio social e para a discussão da Política. Após inúmeras invasões dos romanos e Roma ter controlado grande parte das cidades gregas, levando parte desse conhecimento, fez com que evoluísse rapidamente sua urbanização e pensamento político que é colocado em prática até os dias de hoje, nas mais diversas áreas.

Como afirmação das informações supracitadas, pode-se dizer que a cidade é “[...]o resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos, engendradas pelas relações que promovem estas transformações” (SPOSITO, 1988, p. 11).

Essa evolução da cidade interfere notavelmente no convívio social, enquanto algumas das sociedades da antiguidade, como já mencionado anteriormente se preocupavam com o convívio social e bem-estar de todos, a sociedade atual adotou um modelo individualista, onde todos querem ter seu carro, sua casa, seu próprio espaço de lazer, deixando o convívio de lado. Ao mesmo tempo que isso parece ser bom, é o grande responsável pelo aumento significativo dos crimes, degradação do ambiente público e da falta de segurança.

## **2.2. Cidade e convívio social**

A cidade é um importante local de convívio social, mas para tal uso, ela deve dispor de ambientes estruturados para que o convívio ocorra de forma gradual e correta. Para isso, “os arquitetos exercem uma importante função: transformar em espaços os desejos e necessidades de seus contratantes ou solicitantes. Historicamente, passaram a fazer o mesmo quanto às ideias sobre espaço e construção das cidades” (BLOCH, 2017, p. 47). Com isso, a partir de meados do século XIX, o arquiteto tornou-se responsável pela criação do espaço, de forma que a cidade atendesse as demandas da população, organizando o espaço e criando áreas de convivência em ambientes públicos e privados.

Segundo Bloch (2017), a criação de espaços públicos que proporcionem uma convivência social sadia, é complicada devido ao grande número de variáveis negativas que envolvem na criação desses locais, “muitas delas fora de qualquer controle ou previsibilidade, como clima, ruídos, transformações urbanas e outras” (BLOCH, 2017, p. 47). Ainda segundo o autor (2017), inúmeros artigos de revistas conceituadas trazem locais planejados que deram errados e seus estudos de casos analisando o porquê desses locais acabarem abandonados e sucateados.

David Clark (1991, p. 23) diz que “Enquanto a Geografia no início do século XX se preocupava com a exploração e descoberta, com relações entre o homem e seu meio ambiente e em definir e descrever regiões, a partir de 1945, a atenção foi dirigida para o modelismo espacial e análise espacial”. Com isso, o foco da geografia se volta

para a cidade e o convívio social de seus integrantes, visando a relação entre o homem e o seu local de vivência.

Para a organização do espaço urbano, e o convívio social, essa abrangência do estudo geográfico no que se refere a questão urbana, traz grandes resultados do que se esperava. Para a estrutura geográfica urbana, é necessário entender as mudanças na cidade, na cultura e nas pessoas, para compreender o que se necessita criar na cidade para atender a demanda urbana e pessoal.

Para Clarck (1991), de acordo com que as cidades cresceram, o número de suas áreas de lazer, convívio social e ambientes públicos de qualidade foram diminuindo, dando lugares a grandes prédios, onde se observa uma nova estrutura urbana. É papel do arquiteto e urbanista, propor que essa nova estrutura seja revista e analisada de acordo com a necessidade adequando-a ao bem estar da cidade e da população, como também prevê o Estatuto da Cidade (2001).

A arquitetura e o urbanismo, buscam analisar, projetar e desenvolver espaços voltados para a pessoa humana, onde possam se relacionar, entretanto, há muitas variáveis que torna esse objetivo difícil de ser alcançado. O que ocorre hoje para tentar resolver o problema, são pequenas modificações, em pequenas áreas da cidade, para gerar uso, movimentação e convívio das pessoas. Para que a cidade se desenvolva bem:

Seus espaços devem ser cada vez mais permeáveis, o desperdício atacado de frente, o uso da condução individual racionalizado, a implantação da cidade policêntrica e tantas outras atitudes “ecológicas”, que tem a cidade como protagonista e onde a responsabilidade tem que ser partilhada por todos e o arquiteto tem grande participação como tradutor dessas atitudes (BLOCH, 2017, p. 48)

Para o autor, a cidade tem que ser usada, esse é o seu fim. Entretanto, ela deve dispor dos meios para que aconteça o uso de forma espontânea e convidativa. Para isso, como já foi mencionado anteriormente, tem que haver um apoio público ou privado na construção de áreas que intensifiquem o convívio social.

O espaço público é entendido pelas ciências políticas sob uma multiplicidade de significados; tais como: "(a) o que é acessível a qualquer pessoa (eventos ou locais públicos); (b) o que abriga instituições do Estado, mesmo não sendo acessível a qualquer um (prédios públicos); (c) o Estado enquanto cumpridor da tarefa de promover o bem comum a todos os cidadãos; (d) uma força de representação (reconhecimento público); e (e) uma força crítica (opinião pública)" (ALBERNAZ, 2007, p.43)

Esses locais públicos, principalmente os que deveriam ser utilizáveis por qualquer pessoa, como: Shoppings, Praças, Teatros, dentre outros, são locais onde deveriam ter mais investimento no convívio social, trazendo a interação entre pessoas e criação de relações e laços socioafetivos, não somente uso individual e rápido.

Para minimizar esse problema, dentre muitos outros, causados pela falta de espaços de qualidade que promovam o convívio social, é necessário "promover espaços que funcionem com o caráter de lugar, criando e reforçando uma interação entre os indivíduos e o ambiente" (ALBERNAZ, 2007, p.48). Essa é uma tarefa que vem sendo desenvolvida desde meados do século XVIII, por arquitetos e urbanistas na tentativa de promover o convívio social como um fator de saúde pública.

Contudo, é difícil encontrar apoio do Governo ou privado, para grandes ideias sustentáveis e que visem o bem-estar da população no lugar do lucro. Segundo Endlich (2007) é necessário se criar um plano estratégico de desenvolvimento, onde seu resultado “não se resume a um programa de governo, mas a um contrato político entre as instituições públicas e a sociedade civil” (BORJA E CASTELLS, 1999, p. 165).

Muitos autores, como: Henri Lefebvre (2009), Jane Jacobs (2011), Jan Gehl (2013), dentre outros, vem criticando o modelo de cidade que vem sendo construída desde a revolução industrial, principalmente, em função da falta de funcionalidade voltada ao cidadão. O modelo de cidade atual é totalmente voltado para o lucro excessivo em troca do meio ambiente em que se vive e necessita, principalmente nos grandes centros.

O modelo de cidade funcionalista com o uso máximo de aproveitamento construtivo, impermeabilização dos espaços urbanos, destruição da cobertura vegetal e canalização dos rios e córregos, está cada vez mais vulnerável e menos resiliente, às mudanças climáticas e seus impactos sobre as populações urbanas: intensificação das chuvas e risco de inundações, escorregamentos em áreas de risco pela presença de solos expostos, encostas com riscos de movimentação de massas, ilhas de calor, ventos e ciclones, ressacas em áreas costeiras, entre outros eventos extremos (XIMENES, MAGLIO E FRANCO, 2020, p. 6).

Parece aos olhos humanos, muitas vezes, que a cidade repleta de prédios, shoppings, casas toda iluminada, seja algo comum e até belo. Entretanto, a falta de áreas de convivência e recreação em locais públicos, influenciam diretamente na forma urbana da cidade.

Olhando os espaços urbanos das cidades brasileiras, vê-se uma precariedade nos espaços, depredação por parte de pessoas que não são punidas, falta de investimento público e falta de planejamento estratégico, para proporcionar áreas de convívio amplas e seguras.

Analisando a partir de Jacobs (2011), em seu livro “Morte e Vida de Grandes Cidades”, já se fazia uma crítica à ideologia do urbanismo moderno, e da forma que o uso do solo era proposto durante o crescimento da cidade, afirmando que a forma como as cidades eram construídas iria fazer com que a cidade se tornasse um local sem vida, insegura e onde as pessoas nunca estavam presentes.

A autora (2011), já estudava a cidade do século XX, que estava a ser construída sobre uma visão individualista, que fez com que a cidade e seu desenvolvimento ocorressem de forma a beneficiar o indivíduo em específico, principalmente nos países subdesenvolvidos, onde os locais de lazer e recreação públicos não recebem a devida infraestrutura e manutenção por parte dos órgãos competentes, nem mesmo tem a capacidade para abrigar a quantidade de pessoas que se tem na cidade.

Em alinhamento ao pensamento de Jacobs (2011), Gehl (2013), em seu livro “Cidade para Pessoas”, ressalta a importância do planejamento urbano para regatar a dimensão humana, fazendo cidade para pessoas, para que a cidade seja um local agradável, sustentável e saudável, a fim de proporcionar o convívio urbano a todos seus habitantes, sem que haja super aglomeração de pessoas nos espaços públicos e comércios.

Ao fazer cidade para pessoas, Gehl (2013), propõe que haja o estudo individual para cada cidade, a fim de que as áreas públicas, comerciais e urbanas, comportem a quantidade de cidadãos que existam nela, da mesma forma que o investimento e dimensão dos parques, comércios, shoppings, sejam pensados a beneficiar a uma grande parte dessa população em massa.

A partir disso, nota-se que a cidade da segunda década do século XXI, é uma cidade sem vida urbana. O que em momentos de crise, pode se tornar um local mais que perigoso, uma cidade morta para o fim que deve exercer, por isso se faz necessário a criação de áreas públicas que suporte a população das cidades, construindo a cidade para as pessoas e trazendo vida aos centros urbanos.

Para Ximenes, Maglio e Franco (2020, p. 7) “nessa perspectiva, cabe ao modelo de cidade a ser replanejada tirar partido dos ecossistemas remanescentes conservados

e presentes na morfologia urbana, e a regeneração vegetal, destacando as áreas verdes e a malha de rios e córregos”. Esse replanejamento, seria capaz de transformar a cidade em uma grande passarela de locais verdes, amplos, arejados, saudáveis e que estimulassem ao uso da população, fazendo com que a cidade voltasse a ser para pessoas e que essas a frequentassem.

“O espaço público molda a imagem da cidade e sua apropriação por parte da população, desde grandes parques urbanos a jardins de bairros, potencializando a necessidade de áreas verdes, e assumindo diferentes formas espaciais incluindo ruas, calçadas, caminhos, parques, becos; uma rede de espaços que fortalece as conexões entre pessoas e cria a vida urbana” (XIMENES *et al.*, 2020, p. 7).

O espaço público, é muitas vezes confundido com as áreas pertencentes ao governo, entretanto, ele contempla qualquer lugar onde o público em geral possa frequentar, como: shoppings, comércio, supermercados, boates etc. Logo, o espaço público é a imagem da cidade, como visto, é necessário que a população tenha condição de usá-lo, desde uma criança a um idoso, a infraestrutura deve ser adequada a todos. Isso faz parte da acessibilidade e do direito à cidade garantido pelo Estatuto da Cidade (2001). Por isso hoje, se faz necessário a reformulação desses locais, principalmente nas pequenas cidades, onde é mais fácil, de certo modo, de se começar a mudança e trazer os benefícios desses locais a população.

### **3.2. Benefícios da presença de áreas de lazer na cidade e no comércio**

Para garantir a real mudança no formato de cidade que se tem hoje, é necessária uma mudança, que levará anos, entretanto, ela terá que começar para atingir seu objetivo. A cidade deve ser feita para pessoas, não para carros. O espaço público deve ser para todos e para isso é necessário que haja um bom espaço, boa infraestrutura, sejam locais saudáveis e arejados. Eis a importância de que se tenha na cidade comércios bem estruturados e áreas públicas bem projetadas. A partir disso, se faz uma reflexão dos efeitos positivos desses locais nas áreas urbanas, onde:

Um dos efeitos benéficos mais importantes da vegetação em ambientes [...] diz respeito à satisfação psicológica do ser humano. Caminhar sob árvores, [...] e entre flores, satisfaz o desejo, muitas vezes inconsciente, do contato com o verde, do elo com a natureza. (PEREHOUSKEI, ANGELIS, 2012, p. 107).

Eis o efeito desejado, áreas que permitam que o usuário saia satisfeito emocionalmente e fisicamente. Grandes são os benefícios dessas áreas para a saúde humana além do bem-estar físico. Entre a melhoria do microclima da região ao qual se tem essas áreas:

Outro aspecto importante das áreas de lazer refere-se aos benefícios proporcionados a melhoria da habitabilidade do ambiente urbano. Enquanto espaços públicos, essas localidades podem se constituir em locais para práticas sociais e culturais, encontros ao ar livre e para manifestações de vida urbana e comunitária, que favorecem o desenvolvimento humano e o relacionamento entre as pessoas (LONDE E MENDES, 2014, p. 270).

Os benefícios físicos e mentais desses locais são de grande valia para a sociedade, “também de modo importante, não só a presença de grandes áreas verdes, mas também a arborização urbana se revelaram fatores consideráveis nos desfechos positivos de saúde” (AMATO-LOURENÇO *et al.*, 2016, 120). É importante deixar claro que é necessário que nesses locais haja infraestrutura de qualidade para que a população possa usufruir desses ambientes com qualidade.

Para se ter ideia da importância da infraestrutura urbana dos parques e locais públicos, Hildebrand, Graça e Hoeflich (2002, p. 130) fizeram uma entrevista com os visitantes de um parque de Curitiba, Bosque Alemão, e:

é interessante observar [...] que 43,2% dos entrevistados utilizam os parques como principal local de recreação nos finais de semana, e em segundo lugar (18,9%) a própria casa. Quando perguntados qual o aspecto mais importante na escolha do local para recreação, 48,4% alegaram ser a presença de vegetação e 25,3% a infraestrutura local. Apenas 1,1% dos entrevistados justificaram esta escolha como sendo em função da distância de casa (HILDEBRAND, GRAÇA E HOEFLICH, 2002, p. 130)

Com isso, nota-se que a infraestrutura das áreas de lazer estão diretamente ligadas ao uso das população e dos visitantes. E os benefícios à saúde física e mental são claros, uma vez que o contato com a natureza e com outras pessoas faz com que as pessoas fiquem mais satisfeitas e felizes.

Com isso, vê-se uma necessidade da criação e/ou revitalização dessas áreas, de forma a incentivar o esporte, ao uso, ao passeio e a melhor forma é criar grandes infraestruturas urbanas, a fim de que esses locais estejam presentes no dia a dia da população local.

## 2.4. Metodologia

A metodologia adotada para o desenvolvimento deste trabalho, conta com pesquisas bibliográficas de cunho teórico conceitual como também pesquisas de campo de cunho exploratório, que tem como finalidade o aprofundamento do tema, abordando desde o desenvolvimento das cidades até o momento atual, abrangendo para a área de estudo desse trabalho que são os espaços públicos como local de convívio social em cidades do interior, buscando mostrar o impacto que esses locais têm na sociedade.

A metodologia, consiste em revisão bibliográfica, onde entre os autores abordados, se destacam Botelho (2011); Ximenes, Maglio e Franco (2020); Ximenes *et al.* (2020); Gehl (2013); Jacobs (2011), dentre outros autores que ajudem na realização dessa pesquisa, consiste também na análise de dados e pesquisas on-line e visitas *in loco* para análise e fotografias dos ambientes destinados ao convívio social na cidade de Manhumirim, a fim de obter o maior número de informação possível acerca do tema proposto.

Para fazer uma análise elaborada desses locais na cidade de Manhumirim, irá se usar uma versão simplificada do método de avaliação de espaços públicos baseado em bibliografia de autores da área, como: Reis e Lay (2006) Gehl (2014), De Angelis *et al.* (2004) dentre outros, onde seus pensamentos, perspectivas e seus pontos focais para análises de espaços públicos foram compilados por Colombo *et al.* (2021).

Nesse método, são avaliados os seguintes pontos: Ponto A - Proteção e Segurança; Ponto B - Conforto e Imagem; Ponto C - Acessos e Conexões; Pontos D – Sustentabilidade, usos e atividades. E para cada ponto, o nível de avaliação vai do Insuficiente (nota 0) ao Ótimo (nota 3), conforme a Imagem 01.

IMAGEM 01 - Pontuação para avaliação a partir de indicadores.

| Pontuação 3,0 | Pontuação 2,0 à 2,9 | Pontuação 1,0 à 1,9 | Pontuação 0,0 à 0,9 |
|---------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Ótimo         | Bom                 | Suficiente          | Insuficiente        |



FONTE: Adaptado do Índice de caminhabilidade (2019 *apud* Colombo *et al.* 2021)

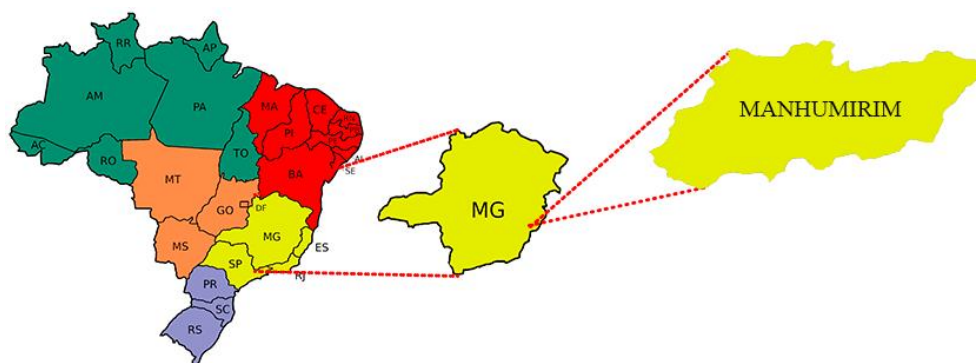
A partir disso, será possível verificar a capacidade de uso, tráfego e convívio social realizado nesses espaços e se sua infraestrutura atende a necessidade da população da cidade baseado em seus indicadores.

### 3. DISCUSSÃO DE RESULTADOS

#### 3.1. Contextualização da área de estudo

A cidade de Manhumirim (Imagem 02), localizada na Zona da Mata, no Estado de Minas Gerais, é uma cidade pequena que conta com uma população estimada em 23 mil habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2021).

IMAGEM 02 – Localização de Manhumirim



Fonte: Google Earth (2021). Adaptação dos autores (2022).

A cidade tem sua economia voltada para a agricultura cafeeira, onde o plantio na cidade é grande.

A cidade de Manhumirim, tem seu nome vindo do vocabulário indígena, onde seu primeiro nome foi Pirapetinga, que há divergência quanto ao significado desta palavra de origem Tupi Guarani. “Um significado adotado é salto do peixe branco e o outro é apenas peixe de cor esbranquiçada, espécie muito comum em todos os rios e córregos da região; pira= peixe, tinga= branco (MANHUMIRIM, 2017, s/p)”. Posteriormente o nome da cidade passou a se chamar Manhumirim, como é chamada até os dias de hoje, que também vem da língua Tupi Guarani e “significa rio pequeno ou manã-mirim garoa (chuva) pequena” (MANHUMIRIM, 2017, S/P). É importante ressaltar, que:

“A área urbana desenvolveu-se às margens de três pequenos rios: o rio Jequitibá, o Pirapetinga e o do Ouro. O Jequitibá começa na serra da Vargem Grande e se prolonga até o rio Manhuaçu. Os outros dois são afluentes do Jequitibá, sendo que o primeiro nasce na Serra do Bonfim, não possui mais do que vinte quilômetros de extensão e recebe a contribuição de vários córregos. Já o do Ouro deságua a menos de um quilômetro abaixo do Pirapetinga e tem esta denominação devido aos aluviões de ouro encontrados em seu leito no Brasil colonial (MANHUMIRIM, 2017, s/p).

O crescimento urbano da cidade de Manhumirim-MG, começou a se intensificar, segundo Botelho (2011) a partir dos anos de 1870, sendo sua emancipação concedida em 16 de março de 1924. Entretanto, as áreas de convívio social da cidade, continuam

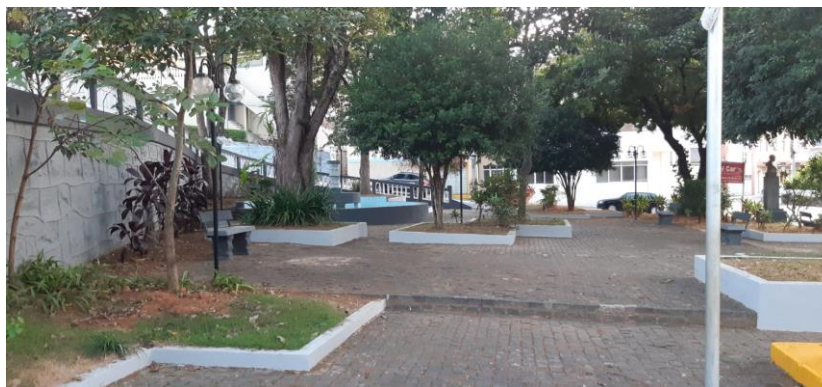
as mesmas, que em grande maioria são praças antigas na cidade, como a Padre Júlio Maria (Centro) (Imagem 03), Praça Getúlio Vargas (Próximo ao Santuário do Bom Jesus de Manhumirim) (Imagem 04), Praça Dom Antônio Felipe Cunha (Praça do Roque) (Imagem 05) e algumas praças construídas posteriormente, que não contam com a infraestrutura adequada para a quantidade de habitantes da cidade e com a quantidade e turistas que passam por ela por conta do turismo proporcionado pelo Pico da Bandeira e pelo turismo Religioso do Jubileu do Bom Jesus de Manhumirim e das obras construídas pelo Pe. Júlio Maria De Lombaerde.

Imagem 03 – Praça Padre Júlio Maria



Fonte: Autores (2022)

Imagem 03 - Praça Getúlio Vargas



Fonte: Autores (2022)

Imagem 05 – Praça Dom Antônio Felipe da Cunha



Fonte: Autores (2022)

Ambas as praças, contém elementos que de certo modo incentivam ao uso e convívio, porém não é o que se tem, devido a falta de incentivo e de melhoria na sua infraestrutura, que ainda é básica. Após a análise desses espaços que será realizada adiante, poderá ver como esses locais não contemplam os requisitos de infraestrutura necessária.

Com isso, tem-se 2 fatores que aumentam ainda mais a necessidade de uma boa infraestrutura urbana em áreas públicas da cidade, que são: apoiar o uso e o convívio da população local por meio dessas áreas e o outro é a movimentação do turismo na cidade, que necessita de uma boa infraestrutura para fornecer aos visitantes um espaço saudável, seguro e agradável.

### **3.4. Áreas públicas em cidades do interior: Análise da cidade de Manhumirim-MG**

A partir do conteúdo visto até agora, se faz necessário uma análise das áreas de públicas na cidade de Manhumirim. A análise baseada na bibliografia de autores já apresentados na metodologia desse trabalho, será realizada nas três Praças principais da cidade: Praça Dom Antônio Felipe da Cunha, popularmente chamada de “Praça do Roque”; Praça Padre Júlio Maria, popularmente chamada por “Praça do centro”; e a Praça Getúlio Vargas, popularmente chamada de “Praça da Igreja”.

A metodologia como visto anteriormente, se baseia em 4 pontos chaves, onde para cada ponto se atribuirá uma nota que vai de 0 (menor nota) a 3 (maior nota). Os pontos são os seguintes:

- **Ponto A:** Proteção e Segurança – os pontos analisados aqui, são: segurança viária, pública e física.
- **Ponto B:** Conforto e Imagem – os pontos analisados aqui, são: ambiente, áreas verdes/cobertura vegetal, espaços para sentar-se.
- **Ponto C:** Acessos e conexões – os pontos analisados aqui, são: calçada, pavimentação e mobilidade.
- **Ponto D:** Sustentabilidade, usos e atividades – os pontos analisados aqui, são: atração, equipamentos e atividades, estímulos motores e sensoriais.

Tem-se como primeiro ponto a Praça Dom Antônio Felipe da Cunha (Imagem 06), localizada no bairro do Roque, onde segundo o historiador Demerval Alves Botelho (2011), coloca o local como o início da cidade de Manhumirim. Durante os anos, a praça já passou por inúmeras reformas, a última, sendo realizada na gestão municipal dos anos de 2017-2020.

IMAGEM 06 – Praça Dom Antônio Felipe da Cunha



FONTE: Autores (2022).

Ao analisar a Praça Dom Antônio Felipe da Cunha, tem-se como referência alguns pontos de destaque da praça, como: 01 – Igreja São Roque (primeira Igreja de Manhumirim), 02 – Imagem do Cristo, Alfa e Ômega, 03 – Academia Popular, 04 – Posto da Academia da Saúde, 05 – Rampa de acesso fora das normas técnicas. Portanto a análise a partir da metodologia, fica:

- **Ponto A** – recebe uma nota 1,5. A nota se baseia nos quesitos atendidos mediante a aplicação do método aplicado, onde a praça possui uma iluminação boa, porém ainda teria que melhorar um pouco, pois tem alguns pontos mais escuros durante o período noturno. A praça não possui faixas de pedestre para dar segurança há quem atravessa, principalmente sendo uma praça que fica em frente a uma escola (Escola Estadual Professor José Venâncio). A praça possui boa segurança física para crianças, porém poderia ser melhorada em alguns pontos a fim de que as mesmas não caiam de lugares altos.
- **Ponto B** – recebe uma nota 2,0. Por ser um bairro mais afastado não possui muitos ruídos sonoros, exceto em horário de aula, onde a escola produz algum ruído. Contam com grandes árvores que contribuem com sombras o dia inteiro e ajudam a manter o microclima mais fresco, possui também assentos em concreto e canteiros impermeáveis.
- **Ponto C** – recebe uma nota 0,9. Na praça não há rota de ônibus, exceto os escolares, sendo o ponto de ônibus público mais próximo, há 1,5km de distância. Não há o uso de bicicleta na praça devido ao seu formato e espaço, que não contempla ciclovias ou espaços próprio para isso.
- **Ponto D** – recebe uma nota 1,8. A praça conta com uma academia pública, que é muito utilizada, mas que conta com uma infraestrutura baixa, devido ao uso e não reposição de algumas peças quebradas. Conta com a igreja que promove alguns eventos ali, movimentando o local, assim como os alunos da escola. Existe um espaço de saúde pública ali, entretanto está fechado e não há uso.

O segundo ponto, contempla a Praça Padre Júlio Maria (Imagem 07), no centro de Manhumirim. É a praça mais movimentada da cidade por ficar no centro, usada para inúmeros eventos.

Nas Imagem 07, consta 12 fotos, nas quais mostram em ordem numérica: Bebedouro da praça, carrinho de hot-dog, posto de polícia, coreto (palco), academia popular, bancos nos pontos 06 e 07, quadra de peteca, parquinho, bancos com pergolado, centro da praça com estátua do Padre Júlio Maria e Faixa de pedestre.

## IMAGEM 07 – Praça Padre Júlio Maria



FONTE: Autores (2022)

Consta-se que a praça tem um espaço amplo, que permite que sejam realizados inúmeros eventos, porém não é o que se vê. Partindo para a avaliação metodológica, tem-se:

- **Ponto A** – recebe uma nota 2,0. A praça possui faixa de pedestres e travessias seguras, porém poderia ter-se uma a mais ao final da praça. Conta com uma iluminação mediana que pode ser melhorada. Não possui câmeras. Conta com um playground para crianças, que atualmente não conta com grande segurança, pois teve seus muros quebrados, o que fez com que a nota caísse um pouco nesse quesito.
- **Ponto B** – recebe uma nota 1,8. A praça possui grande poluição sonora devido a quantidade de carros passando no centro, lojas com propagandas e pessoas conversando. Conta com grande poluição visual por parte dos prédios e lojas, o que dificulta a concentração de seus usuários. A praça ainda conta com assentos por toda a parte e muitos locais permeáveis.
- **Ponto C** – recebe uma nota 1,2. A praça conta com 2 pontos de ônibus, porém não há nenhum tipo de incentivo à ciclismo, sua pavimentação é boa com pedras portuguesas, o que garante um pouco de acessibilidade que não é dada por completa devido ao fato de a praça não contar com rampas acessíveis aos cadeirantes ou pessoas com mobilidade reduzida.
- **Ponto D** – recebe uma nota 2,0. Nesse quesito a praça é boa, conta com um espaço para feira de produtos que funciona aos sábados, espaço para táxis, espaços com lanchonetes, banheiros e bebedouros públicos (embora em

péssimos estados) e o coreto, que tem por finalidade receber eventos que pouco acontecem no espaço, contendo também o posto policial que gera uma segurança um pouco maior na população, porém não funciona a noite. As lixeira por muitas vezes, tem seu lixo do lado de fora por não suportar a quantidade de lixo jogado durante o dia.

No terceiro ponto, contempla-se a Praça Getúlio Vargas (Imagem 08). Tem-se em ordem numérica na Imagem 08: área livre da praça com estátua de Getúlio Vargas de fundo, a rampa de acesso fora das normas, o playground, o chafariz (desativado), o obelisco, e outra rampa de acesso fora das normas. Partindo para a análise, se tem:

IMAGEM 08 – Praça Getúlio Vargas



FONTE: Autores (2022)

- **Ponto A** – recebe uma nota 1,0. Não possui faixas de pedestre e conta uma boa iluminação para seu espaço, possui câmeras que estão desativadas e há um pequeno playground com poucos brinquedos e nenhuma segurança ou cercado para as crianças.
- **Ponto B** – recebe uma nota 2,5. Localizada na parte central da cidade, porém em um via pouco movimentada, exceto em dias de reunião na câmara e eventos no Santuário do Bom Jesus, a praça não conta com grande poluição sonora, há muitas árvores, o que garante sombra o dia todo com pequenos pontos de sol durante a manhã, há pouca poluição visual também, embora haja casas por perto, muitas são antigas.
- **Ponto C** – recebe uma nota 0,9. Não possui incentivo nenhum ao uso de bicicleta e sua pavimentação é boa, porém as rampas de acesso estão totalmente fora da norma, o que causa transtornos para pessoas com mobilidade reduzida, assim como no meio da praça a divisão feita por degraus que impedem o acesso de cadeirantes a algumas áreas. Seu ponto de ônibus mais próximo, fica a aproximadamente 400m do local.

- **Ponto D** – recebe uma nota 1,0. A praça não possui nenhum tipo de comércio e poucos eventos são realizados ali, mais por parte da igreja, como início de procissões em dias solenes. Há locais para se assentar e um pequeno playground que não atende a uma grande quantidade de crianças. A praça também não conta com banheiros, bebedouros, lixeiras e ciclovias.

A partir disso, nota-se que as 3 principais praças (locais de convívio) públicos da cidade não estão aptas para receberem a população, principalmente a parte com algum tipo de mobilidade reduzidas. Ambas tem muitas árvores, entretanto o paisagismo não chama tanta atenção e a falta de infraestrutura e investimento nesses locais são enormes.

A partir disso, é necessário reavaliar esses espaços, fazendo com que os locais de convívio social da cidade sejam atraentes e funcionais, fazendo com que o público uso e desfrute desses bens, promovendo melhoria na saúde urbana e das pessoas que vivem na cidade.

### **3.CONCLUSÃO**

Nota-se que desde o surgimento das primeiras cidades, a vida pública e política era de suma importância. As primeiras cidades surgiram em decorrência da sedentarização do homem. Entretanto, com o surgimento dessas cidades, nascem também o convívio social entre seus habitantes, onde em grande parte das primeiras grandes cidades, na Mesopotâmia, Egito, Grécia e no Império Romano, havia locais para o convívio social que suportavam a presença de grande parte da população.

A cidade é o local propício para o convívio social, desde que ela tenha infraestrutura adequada para isso, o que não é o caso de grande parte das cidades brasileiras, onde não há grandes investimentos na infraestrutura das áreas públicas.

É comprovado cientificamente a importância das áreas para convívio social e suas melhorias na habitabilidade da cidade, o que faz com que se tenha cada vez mais um olhar minucioso para essas áreas. As áreas públicas urbanas ajudam a melhorar a saúde urbana e psicológica das pessoas, além de fazer com que a cidade fique mais chamativa e interessante ao usuário, promovendo seu uso diário e a movimentação de pessoas nas ruas e nesses locais, a partir de uma boa infraestrutura.

Após a realização da análise metodológica nas três principais áreas de convívio social da cidade, chegou-se à conclusão de que nenhuma delas está apta para receber a população da cidade, nem em número nem em infraestrutura.

Ambas as praças são insuficientes no requisito de proteção e segurança, onde seus playgrounds não contam com uma infraestrutura de segurança para manter as crianças dentro deles, nem faixas de pedestres o suficiente para atender a demanda local ou câmeras e outros itens. No requisito conforto e imagem, as praças apresentam melhor desenvolvimento, mais ainda pecam um pouco por causa dos ruídos sonoros e da paisagem visualizada por meio delas.

No requisito acesso e conexões, apenas a Praça Padre Júlio Maria é a única com a infraestrutura um pouco melhor, entretanto, não se pode dizer que é adequada ao seu público, pois falta a melhoria de sua infraestrutura. No requisito sustentabilidade, usos e atividades, a Praça padre Júlio Maria também é a que mais se destaca, contando com quadra de peteca e academia popular (poucas vezes usados), como também com playground, lanchonetes e vendedores ambulantes que a usam muito. A Praça Dom Antônio Felipe da Cunha, conta com um uso diário de sua academia popular por jovens, entretanto, nenhuma delas, atendem de forma

satisfatória, mesmo que medianamente ao público da cidade, por isso não pouco frequentadas para fins de convívio social, lazer e recreação.

Com isso, pode-se concluir que há falta de investimento nas áreas de convívio da cidade de Manhumirim, faz com que a população não use e desfrute desses locais como seria o ideal. Há uma grande necessidade de infraestrutura básica em todos eles, que com o investimento do poder público e bons projetos arquitetônicos e paisagísticos poderiam ser resolvidos.

#### 4. REFERÊNCIAS

ABIKO, Alex Kenya; ALMEIDA, Marco Antonio Plácido de; BARREIROS, Mário António Ferreira. Urbanismo: história e desenvolvimento. **São Paulo: EPUSP**, p. 39-40, 1995.

AMATO-LOURENÇO, Luís Fernando et al. Metrópoles, cobertura vegetal, áreas verdes e saúde. **Estudos avançados**, v. 30, p. 113-130, 2016.

ARRUDA, José Jobson. **História antiga e medieval**. 16ª ed. São Paulo, Editora Ática, 1993.

BLOCH, Luiz Laurent. A Arquitetura do Lazer: desenhar os espaços para a fruição do tempo e para a convivência social. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 4, n. 1, p. 43-51, 2017.

BOTELHO, Pe Demerval Alves. **História de Manhumirim**: município e paróquia. Manhumirim: v. I, II e III. O Lutador, 2011.

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. **Local y global: la gestión de las ciudades en la era de la información**. 4.ed. Madrid: Santilhana, 1999.

BRASIL, Lei Federal (2001). **Lei n 10.257 de 10 de julho de 2001**. Estatuto da Cidade. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm). Acesso em: 31 maio 2020.

CACCIARI, Massimo. **A cidade**. Barcelona: Gustavo Gili, 2004

CARVALHO, Iago Nantes da Cruz; ESPÍNDULA, Lidiane; MOREIRA, Luana de Oliveira Gomes. Planejamento Urbano e a Importância do Plano Diretor como Forma de Minimizar os Impactos das Inundações: O Caso de Manhuaçu-MG. **Pensar Acadêmico**, v. 19, n. 3, p. 1021-1064, 2021.

CASTORIADIS, Cornelius. **Encruzilhadas do Labirinto**: os domínios do homem. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CASTRO, Gilberto Ribeiro de. **O Surgimento das Cidades**. Revista Interdisciplinar De Estudos Contemporâneos Da Faculdade De Nova Serrana – FANS. Nova Serrana, v. II, ed. 07. 2018 p. 177-194.

CLARK, David. **Introdução à Geografia Urbana**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1991



COTRIM, Gilberto. **História Global** – Brasil e Geral – volume único / 8.Ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

FAUSTO, Boris; FAUSTO, Sergio. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1994.  
GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GUADAGNIN, Demétrio Luis. Áreas verdes e o convívio social seguro durante a pandemia. *Jornal da Universidade*. v.8, 2020. URGs. Disponível em:< <https://www.ufrgs.br/jornal/posicionamento-editorial/>>. Acesso em: 18 jun 2022.

HILDEBRAND, Elisabeth; GRAÇA, Luiz Roberto; HOEFLICH, Vitor Afonso. "Valoração contingente" na avaliação econômica de áreas verdes urbanas. **Floresta**, v. 32, n. 1, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Governo Federal. **História de Manhumirim**. 2017. Informações a obtidas por meio do livro História de Manhumirim - Município e Paróquia. v. I, II, III, do Pe. Demerval Alves Botelho, SDN, publicado. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/manhumirim/historico>. Acesso em: 28 maio 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Governo Federal. **Cidade Manhumirim**. 2021. Estimativa elaborada a partir da análise do censo de 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/manhumirim/panorama>. Acesso em: 28 maio 2022.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Martins Fontes, 2000.

JESUS, Viviane Cristina Dias de. **Breve Estudo Sobre o Surgimento das Cidades: e a (re) produção do espaço**. Anais do IV Simpósio Regional de Geografia da UAEIGEO/UFG/RC (2019). Goiás. 2019.

LONDE, Patrícia Ribeiro; MENDES, Paulo Cezar. A influência das áreas verdes na qualidade de vida urbana. **Hygeia: Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, v. 10, n. 18, p. 264, 2014.

PEREHOUSKEI, Nestor Alexandre; ANGELIS, Bruno Luiz Domingos De. Áreas Verdes e Saúde: paradigmas e experiências. **Diálogos & Saberes**, Mandaguari, v. 8, n. 1, p. 55-77, 2012.

ROBBA, Silvio Soares; MACEDO, Fabio. **Praças Brasileiras Public Aquares in Brazil**. Editora da Universidade São Paulo, 2010.

SILVA, Guilhermina Castro; LOPES, Wilza Gomes Reis; LOPES, João Batista. Evolução, mudanças de uso e apropriação de espaços públicos em áreas centrais urbanas. **Ambiente Construído**, v. 11, p. 197-212, 2011.

SILVEIRA, Fernanda Amorim da. Praças como Áreas de Lazer e Convívio Social: Estudo em Ibatiba-ES. **Repositório de Trabalhos de Conclusão de Curso**, 2019.

SOBREIRA, Frederico. **Mineração do ouro no período colonial**: alterações paisagísticas antrópicas na serra de Ouro Preto, Minas Gerais. *Quaternary and Environmental Geosciences*, v. 5, n. 1, 2014.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988. 80 p. (Coleção Repensando a Geografia).

VERNANT, Jean-Pierre. **As origens do pensamento grego**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2013.